

IMPLANTAÇÃO DO CURSO TÉCNICO EM AGROECOLOGIA NO ENSINO MÉDIO INTEGRADO: UMA INTERFACE DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NAS ESCOLAS ESTADUAIS DO CAMPO EM MATO GROSSO

Frank Eduardo Ferreira de Souza¹

Euzemar Fátima Lopes Siqueira²

RESUMO

Em 2005 a Secretaria de Estado de Educação do Mato Grosso (Seduc), definiu a política de Educação Profissional se contrapondo a política anterior instituída pelo decreto n. 2.208/97 que separou a Educação Básica da Educação Profissional. Implantou res-paldada pelo decreto n. 5.154/04 a integração do Ensino Médio com a Educação Profissional. A implantação em Mato Grosso ocorreu em 2006, vem se constituindo enquanto uma política pública e não como um experimento educacional, pois não ficou restrita a um número reduzido de escolas, mesmo assim é preciso constatar que não se propôs a universalização desta política por várias razões, primeiro para não cair num dos erros da lei n. 5.692/71 que instituiu a universalização compulsória sem as condições básicas (professores, laboratórios e projeto pedagógico consistente). Dessa forma O estado aderiu ao programa do Ministério da Educação e Cultura (MEC), o Brasil Profissionalizado e passou a incentivar o ensino profissional. Assim, o objetivo desse trabalho é demonstrar como a Seduc vem desenvolvendo uma política de ação na educação, que visa (re) significar a escola do campo, reafirmando o compromisso de desenvolver uma proposta pedagógica contextualizada. Para contribuir efetivamente na erradicação do analfabetismo, da evasão e da repetência nas escolas do campo, além de qualificar a mão-de-obra existentes em áreas rurais. A inclusão da agroecologia nos currículos das escolas do campo é uma reivindicação antiga que vem sendo formulada pelos movimentos sociais do campo nos últimos anos, quando se intensificaram os debates sobre os princípios político-pedagógicos

¹ Professor Mestre em Agricultura Tropical, Técnico da Gerência de Educação do Campo da Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso. Email Frank.souza@educ.mt.gov.br

² Mestranda do Programa de pós-graduação em Geografia - Universidade Federal de Mato Grosso, professora efetiva na rede estadual de ensino. Email: eflsiqueira@gmail.com

da educação do campo. Nesse sentido, a Seduc, coerente com a política estadual de educação e com as aspirações dos movimentos sociais, implantou o Ensino Médio Integrado a Educação Profissional (EMIEP) em duas áreas de assentamentos com início das atividades de mobilização no ano de 2008 até a implantação em 2009, com o curso Técnico em Agroecologia, na Escola Estadual “Leonisio Lemos Melo” sediada no Projeto de Assentamento (P.A) Cachimbo no Distrito União do Norte, no município de Peixoto de Azevedo e na Escola Estadual “Paulo Freire” no P.A. Antonio Conselheiro no município de Barra do Bugres, respectivamente. Em 2010 na Escola Estadual “Djalma Carneiro da Rocha”, no distrito de Alvorada no município de Comodoro, Escola Estadual Damião Mamedes do Nascimento na Comunidade do Mutum, no município de Jangada e Escola Estadual Professor João Florentino Silva Neto, no Distrito de Caramujo, no município de Cáceres. Os resultados obtidos pelo acompanhamento através de visita *in loco* de técnicos da Seduc nas unidades escolares em diagnóstico com as comunidades escolares ficou evidenciado que existe uma motivação por parte de todos envolvidos no ensino profissional, pois, acreditam que esse curso vai melhorar as condições de vida na zona rural e possibilitar que as famílias permaneçam mais tempo em suas áreas. Com os professores das escolas apesar de todo o esforço em desenvolver o trabalho pedagógico de forma integrada entre áreas do conhecimento da base nacional comum e o técnico, ajustes são necessário para melhorar o processo ensino aprendizagem.

PALAVRA-CHAVE: Educação; Agroecologia ;Educação do Campo

1.INTRODUÇÃO

A Educação Profissional no Brasil a partir da última década consolidada na LDB/9394/96, na seqüência pela reforma imposta pelo decreto n. 2.208/97 buscou consolidar projetos ou políticas que foram determinadas pela discussão e necessidade do capital de intervir na formação do trabalhador na perspectiva de novos paradigmas. (Garcia,2003)

Em 2005 a Secretaria de Estado da Educação do Mato Grosso definiu a política de Educação Profissional se contrapondo a política anterior instituída pelo decreto n. 2.208/97 que separou a Educação Básica da Educação Profissional. Implantou res-paldada pelo decreto n. 5.154/04 a integração do Ensino Médio com a Educação Profissional. E vem se constituindo enquanto uma política pública e não, ficou reduzida de escolas. Entretanto, a oferta não ocorreu de forma generalizada para não cometer os erros da lei n. 5.692/71 que instituiu a universalização compulsória sem as condições básicas (professores, laboratórios e projeto pedagógico). E também por se tratar de uma retomada da Educação Profissional no Estado, sendo importante iniciar a construção de uma proposta diferenciada nas comunidades escolares no sentido de atender os anseios sócias em relação a Educação Profissional e do Ensino Médio.

Assim o objetivo desse trabalho é demonstrar como a Seduc vem desenvolvendo uma política de ação na educação, que visa (re) significar a escola do campo, reafirmando o compromisso de desenvolver uma proposta pedagógica contextualizada, vem implantando gradativamente o Ensino Médio Integrado a Educação Profissional (EMIEP) com curso em Agroecologia, visando desenvolver uma política de Educação Básica de qualidade para os jovens do meio rural.

2.FUNDAMENTAÇÃO TÉORICA

Na primeira parte deste texto trataremos de uma breve contextualização do Ensino Médio Integrado a educação Profissional em Mato Grosso, na segunda parte os desafios da do curso técnico em agroecologia nas escolas do campo.

2.1 Breve contexto histórico do Ensino Médio Integrado a Educação Profissional no Estado de Mato Grosso.

A consolidação do Ensino Médio Integrado a Educação Profissional no estado ocorreu através da resolução de número-169/06-CEE/MT (conselho estadual de educação de Mato Grosso), que fixou normas para o credenciamento, recredenciamento, autorização, renovação de autorização para funcionamento de cursos de Educação Profissional Técnica de nível médio para o Sistema Estadual de Ensino.

Dessa forma, Mato Grosso aderiu ao programa do Ministério da Educação e Cultura (MEC), o Brasil Profissionalizado e passou a incentivar o ensino profissional.

Assim, a Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso, partindo do que está explícito na LDB 9394/96, art.35 com relação ao ensino médio, que define como finalidade a consolidação e o aprofundamento dos conhecimentos adquiridos no ensino fundamental que possibilitem o prosseguimento dos estudos, a preparação para o trabalho, a cidadania do educando, seu aprimoramento como pessoa humana e compreensão dos fundamentos científico-tecnológicos dos processos produtivos, reafirmando a possibilidade da profissionalização nesta etapa de ensino. De acordo com Ramos (2005):

“ a proposta de integração do ensino médio e educação profissional, possuem um significado e um desafio para além da prática disciplinar, interdisciplinar ou transdisciplinar, pois implica num compromisso de construir uma articulação e integração orgânica entre trabalho como princípio educativo, a ciência e tecnologia como síntese de toda produção humana com seu meio, e a cultura como síntese da formação geral e específica por meio de diferentes formas de

criação existentes na sociedade, com seus símbolos, representações e significados.”

Kuenzer (2003) nos aponta que a integração entre conhecimento básico e aplicado só é possível através da mediação do processo produtivo e que isto, não se resolve juntando conteúdos do ensino médio e os específicos da área técnica.

Por isso, a construção curricular na perspectiva de integração passa a ser a melhor forma de aprimorar os conhecimentos científicos e tecnológicos consolidados em nível médio, construindo uma identidade nessa etapa da educação básica.

Nesse sentido, visa uma superação de uma formação simplesmente para o trabalho entre produto do conhecimento humano a ser apreendido de forma mecânica, rotineira, pelo conhecimento do processo, buscando no princípio educativo, as duas dimensões, da teoria e a prática em todos os momentos formativos. Partindo pressuposto de que há um rompimento direto com o mercado de trabalho e da dimensão que o homem é um ser histórico, social e cultural que transforma sua realidade, compreendendo portanto que a educação profissional não pode estar desarticulada da educação básica.

Segundo Kuenzer (1997), para resolver problemas complexos não pode haver soluções simplificadas, sob o risco de se cair no simplismo e analítico e propor medidas inadequadas, populistas, demagógicas, clientelistas.

Dessa forma, a materialização no processo de implantação dos cursos por si só não garante a integração do currículo na Educação Básica com as especificidades de formação para o mundo do trabalho. São muitos os desafios, fatores que obstaculizam o trabalho, mas também identificamos avanços, na construção desta política que se apresentam no decorrer do processo.

2.2 O curso Técnico de Agroecologia nas Escolas do Campo

A inclusão da agroecologia nos currículos das escolas do campo é uma reivindicação antiga que vem sendo formulada pelos movimentos sociais do campo nos últimos anos, quando se intensificaram os debates sobre os princípios político-pedagógicos da educação do campo.

A realidade no meio rural é dinâmica e vem mudando ao longo dos anos, especialmente com o aprofundamento da crítica ao modelo de desenvolvimento tecnológico implantado nos últimos anos em países em desenvolvimento. Tal desenvolvimento baseado em pacotes tecnológicos, trouxe conseqüências danosas do ponto de vista ambiental, social e econômico (PRIMAVERSI, 1997; ALTIERI, 1989).

As propostas de intervenção construídas para o campo a partir de um ensino profissionalizante moldado à luz de uma educação de pacotes tecnológicos homogêneos traduzem uma incompatibilidade com a realidade da maioria dos agricultores familiares (ALTIERI, 1989).

Portanto, há um desafio a ser trilhado no sentido de rever a missão formadora de técnicos extensionistas reconstruindo parâmetros curriculares em uma perspectiva de formação mais integral, que considere aspectos sociais, culturais, políticos, ambientais e econômicos que venham a contribuir de fato para a melhoria da qualidade de vida dos camponeses.

É cada vez mais questionável a construção de pacotes tecnológicos que estimulam produção em grandes áreas com o plantio de monoculturas e o uso intensivo de agrotóxicos, adubos altamente solúveis e a utilização de aditivos químicos nas rações dos animais.

Neste sentido, agroecologia é uma ciência que tem suas raízes nos métodos e práticas tradicionais de manejo produtivo dos ecossistemas que se baseiam na valorização dos recursos naturais disponíveis em cada localidade.

O estado de Mato Grosso é um estado rural em mais de 80% do seu território e as comunidades dessas regiões, por um longo período, vêm sofrendo com a falta de condições básicas de vida, inclusive de acesso ao conhecimento.

Nesse sentido a Secretaria de Estado de Educação (Seduc), através da Gerência de Educação do Campo (GEEC), vem implantando o curso técnico em Agroecologia como uma política de ação na educação, que visa re(s)significar a escola do campo, reafirmando o compromisso de desenvolver uma proposta pedagógica contextualizada.

3. METODOLOGIA

Para alcançar os objetivos propostos neste trabalho, inicialmente fez levantamento bibliográfico e posteriormente a realizou-se buscou-se informações de relatórios dos técnicos da Seduc que estiveram a frente do processo no período de adesão do programa Brasil Profissionalizado em 2005 e também dos estudo e acompanhamentos das discussões realizadas no interior das escolas pilotos. Em relação as unidades escolares que implataram o EMIEP do curso em Agroecologia em 2009 e 2010 foi realizada visita as escolas *in loco* de técnicos da Seduc foi coletado informações através de reuniões com a equipe gestora,professore e alunos e também foi aplicado um questionário semi estruturado com perguntas subjetivas aos professores de como estavam desenvolvendo de forma interdisciplinar a proposta do EMIEP. A pesquisa segue, predominantemente, numa vertente qualitativa, em que a abordagem de um problema, além de ser uma opção do investigador, justifica-se, sobretudo por ser uma forma adequado para entender a natureza de um fenômeno social. Assim, a pesquisa qualitativa apresenta um caráter de amostragem, não se baseia no critério numérico para garantir sua representatividade (Mynaio, 1994).

RESULTADOS

Os resultado obtidos em relação a implantação do o Ensino Médio Integrado a Educação Profissional (EMIEP) ocorreu em duas áreas de assentamentos com início das atividades de mobilização no ano de 2008 até a implantação em 2009, com o curso Técnico em Agroecologia, na Escola Estadual “Leonisio Lemos Melo” sediada no Projeto de Assentamento (P.A) Cachimbo no Distrito União do Norte, no município de Peixoto de Azevedo e na Escola Estadual “Paulo Freire” no P.A. Antonio Conselheiro no município de Barra do Bugres, respectivamente. Em no ano de 2010 na Escola Estadual “Djalma Carneiro da Rocha”, no distrito de Alvorada no município de Comodoro, Escola Estadual Damião Mamedes do Nascimento na Comunidade do Mutum, no município de Jangada e Escola Estadual Professor João Florentino Silva Neto, no Distrito de Caramujo, no município de Cáceres. A informação levantadas pelo

acompanhamento através de visita *in loco* de técnicos da Seduc nas unidades escolares em diagnóstico com as comunidades escolares ficou evidenciado que existe uma motivação por parte de todos envolvidos no ensino profissional, pois, acreditam que esse curso vai melhorar as condições de vida na zona rural e possibilitar que as famílias permaneçam mais tempo em suas áreas. Com os professores das escolas apesar de todo o esforço em desenvolver o trabalho pedagógico de forma integrada entre áreas do conhecimento da base nacional comum e o técnico, ajustes são necessários para melhorar o processo ensino aprendizagem.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALTIERI, Miguel A. A **base epistemológica da agroecologia**. In: ALTIERI, M.A., ALTIERI, Miguel A. **Agroecologia: as bases científicas da agricultura alternativa**. Rio de Janeiro: PTA/FASE, 1989.

FERREIRA, Eliza Bartolozzi; GARCIA, Sandra R. de Oliveira. O ensino médio integrado à educação profissional: um projeto em construção nos estados do Espírito Santo e do Paraná. In: CIAVATTA, Maria, FRIGOTTO, Gaudêncio, RAMOS, Marise (org.). **Ensino médio integrado: concepções e contradições**. São Paulo : Cortez, Fundação Oswaldo Cruz, 2005.

KUENZER, Acacia Zeneida. Competencia como práxis: os dilemas da relação entre teoria e prática na educação dos trabalhadores. Rio de Janeiro. Boletim Técnico/SENAC, v. 29, n. 1, p. 16-27, jan./abr., 2003.

KUENZER, Acacia Zeneida. O ensino médio no contexto das políticas públicas de educação no Brasil. Brasília. Universidade e Sociedade (ANDES), v. 7, n. 12, p. 138-151, fev.1997.

MINAYO, Maria Cecília de Souza & Gomes Suely Ferreira Deslandes Romeu(org.) – Pesquisa Social, - Teoria, método e criatividade. 27ª edição - Ed. Vozes, Petrópolis – RJ – 2008.

PRIMAVESSI, Ana. **Agroecologia, Ecosfera, Tecnosfera e Agricultura**. São Paulo: Nobel, 1997.

RAMOS, Marise Nogueira, Possibilidades e desafios na organização do currículo integrado. In: Ensino médio integrado: concepções e contradições. FRIGOTTO, G., CIAVATTA, M., RAMOS, M. (orgs). São Paulo: Cortez, 2005.